

ANEXO 16

GLOSSÁRIO

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE ROTA SOROCABANA

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em sentido contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ACESSO	Toda interrupção não acidental da FAIXA DE DOMÍNIO e dentro de seus limites, que implica, necessariamente, a obtenção de prévia autorização da ARTESP.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre estas partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES, nos termos do ANEXO 8.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
ANEXOS	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, incluindo os APÊNDICES, conforme listagem constante do EDITAL e do CONTRATO.
APÊNDICES	Conjunto de documentos de apoio aos ANEXOS, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 914/2002, que figura no CONTRATO na condição de interveniente anuente.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada nos dias [], em atendimento ao artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998, bem como ao artigo 21 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, para tornar público o modelo desta CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.
AUTO DE INFRAÇÃO	Documento contendo indicação de ato ou fato potencialmente sujeito à aplicação de penalidades contratuais ou regulamentares decorrentes da apuração de irregularidades verificadas durante as fiscalizações realizadas no SISTEMA RODOVIÁRIO. A ARTESP deverá encaminhá-lo à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e ANEXOS, especialmente do ANEXO 11.
B3	B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização do certame.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES e para a ARTESP, nos termos do CONTRATO e do APÊNDICE D.

BENS DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afetado ou associado à prestação dos SERVIÇOS DELEGADOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO, incluindo: bens caracterizados, ou não, como BENS REVERSÍVEIS; bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
BENS REVERSÍVEIS	São os bens vinculados à CONCESSÃO que, nos termos da Cláusula Quadragésima Nona do CONTRATO e conforme disciplina do ANEXO 10, serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE ou transferidos à SUCESSORA, por ocasião do término do PRAZO DA CONCESSÃO, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços.
BLOCO DE CONTROLE	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou entidade que venha a substituí-lo.
CADIN ESTADUAL	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei Estadual nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do Estado de São Paulo.
CARGAS ESPECIAIS	Cargas com dimensões acima dos limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que dependem de autorização especial de trânsito, nos termos e condições estabelecidos por este mesmo órgão.
CATEGORIA	Tipo de veículo do USUÁRIO, conforme número de eixos e característica de rodagem.
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de 4 (quatro anos) que antecede o início do processamento da REVISÃO ORDINÁRIA. O PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA tem início a partir da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL e perdurará por 4 (quatro) anos – momento em que será iniciado o SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA, e assim sucessivamente.
CERTIFICADO DE QUALIDADE	Documento que atesta a adequação do PROJETO EXECUTIVO, nos termos do APÊNDICE H e do CONTRATO.
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e suas respectivas alterações e regulamentações.

COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS ou CSP	Coeficiente calculado por meio da medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 3 para acompanhamento da qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	Comissão instituída pela ARTESP com a finalidade de acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução e/ou transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO estabelecidas no CONTRATO e no ANEXO 10.
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	Meio alternativo de solução de controvérsias, na forma de <i>dispute board</i> , destinado a prevenir e solucionar divergências de natureza técnica a respeito da transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO à CONCESSIONÁRIA, disciplinada no ANEXO 15.
COMPENSAÇÃO DUF	Compensação decorrente da apuração do valor devido em função do mecanismo do DUF, disciplinada no ANEXO 4.
COMPENSAÇÃO INADIMPLÊNCIA	Compensação devida à CONCESSIONÁRIA pelos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos definidos no ANEXO 20 e no APÊNDICE D.
CONCESSÃO	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP e DER/SP, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, constituída pela ADJUDICATÁRIA, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP e do DER/SP, para prestar os SERVIÇOS DELEGADOS, além da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, segundo as leis brasileiras e nos termos do CONTRATO
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da Concorrência Internacional nº [=], relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, na forma do EDITAL.
CONSELHO DIRETOR DA ARTESP	Última instância decisória da ARTESP, cuja composição e competências são definidas na Lei Complementar Estadual nº 914/2002 e no Regimento Interno da ARTESP.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedor do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, segundo identificação prevista no Contrato de Administração de Contas, constante do APÊNDICE D, na qual serão depositados os valores decorrentes da aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E

	DESEMPENHO.
CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE D.
CONTAS DA CONCESSÃO	São as contas correntes, de titularidade do PODER CONCEDENTE, do DER/SP ou da CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, disciplinadas no APÊNDICE D, quais sejam: a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO; a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA; a CONTA DUF; a CONTA INADIMPLÊNCIA; e a CONTA MULTA.
CONTA DUF	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, conforme identificação constante do APÊNDICE D, na qual será depositada parcela dos valores devidos pela CONCESSIONÁRIA a título de OUTORGA VARIÁVEL durante o PRAZO DA CONCESSÃO, visando à COMPENSAÇÃO DUF.
CONTA INADIMPLÊNCIA	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, conforme identificação constante do APÊNDICE D, na qual será depositada parcela do valor devido pela CONCESSIONÁRIA a título de OUTORGA VARIÁVEL, visando ao pagamento da COMPENSAÇÃO INADIMPLÊNCIA.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO	Refere-se a uma conta bancária de livre movimentação, de titularidade da parte indicada em cada caso.
CONTA MULTA	Conta corrente de titularidade do DER/SP, conforme identificação constante do APÊNDICE D, na qual serão depositados os montantes arrecadados pela aplicação de multas de trânsito decorrentes de evasão dos USUÁRIOS ao pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro 1997, descontado o percentual previsto ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito pelo art. 320, §2º da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, bem como outras deduções legais eventualmente cabíveis.
CONTA OUTORGA	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE na qual será depositado o valor ofertado a título de OUTORGA FIXA pela ADJUDICATÁRIA como condição para a assinatura do CONTRATO, nos termos do EDITAL.
CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS	Contrato celebrado com o BANCO DEPOSITÁRIO, tendo por objetivo o regramento e a movimentação das CONTAS DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE D.
CONTRATO DE CONCESSÃO ou CONTRATO	CONTRATO DE CONCESSÃO dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO integrante do Lote Rota Sorocabana e ACESSOS, para que a CONCESSIONÁRIA o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante a cobrança de TARIFA paga pelos

	USUÁRIOS.
CONTRATO VIAOESTE	Contrato de Concessão nº CR/003/1998, firmado entre DER/SP e Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo e seus aditivos.
CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS	Significa a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS.
CONTROLE	Observados os termos do art. 116, da Lei Federal nº 6.404/1976, significa o direito de: deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
CONVERSÃO	Processo de conversão das PRAÇAS DE PEDÁGIO do SISTEMA RODOVIÁRIO para o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos do ANEXO 20.
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da respectiva Unidade de Federação.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	Cronograma de integralização do capital social da SPE, proporcional aos investimentos necessários, apresentado no ANEXO 13.
CRONOGRAMA FÍSICO-DEFINITIVO	Cronograma integrante do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, a ser mantido pela ADJUDICATÁRIA com o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos indicados, considerando os prazos iniciais e finais de conclusão das obras ali previstas, considerando a conclusão dos processos ambientais e de desapropriações.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Cronograma integrante do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, a ser apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição para a assinatura do CONTRATO, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos indicados, considerando os prazos iniciais e finais de conclusão das obras ali previstas, que devem ser definidos com base no EVTE, no CONTRATO e no ANEXO 7.
CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO	Cronograma contendo o detalhamento dos investimentos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e daqueles incluídos em sede das REVISÕES ORDINÁRIAS e EXTRAORDINÁRIAS, e que integrarão os correspondentes PLANOS DE INVESTIMENTOS.
DADO PESSOAL	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	Data de assinatura do CONTRATO, isto é [].

DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	Decretos editados pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo, declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação do objeto da CONCESSÃO, para fins de desapropriação ou servidão administrativa. Este termo também se aplica, para os fins do CONTRATO, caso necessária emissão de Declaração de Interesse Social, nos termos das normas aplicáveis.
DER/SP	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.
DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE ou DUF	Modalidade diferenciada de TARIFA DE PEDÁGIO aplicável aos USUÁRIOS considerados frequentes, nos termos dispostos no ANEXO 4.
DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO	A devolução, de todo ou parte do SISTEMA RODOVIÁRIO, pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, nos moldes do ANEXO 10.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de entrega dos envelopes, abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇO, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no Envelope de Habilitação, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL	O Edital de Concorrência Internacional nº [=] e todos os seus ANEXOS e APÊNDICES.
ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
ESTRUTURA TARIFÁRIA	Consiste na estrutura de TARIFAS DE PEDÁGIO previstas na CONCESSÃO, disciplinada no ANEXO 4.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato, que, comprovadamente, desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme disposto nas Cláusulas Vigésima e Vigésima Primeira, e que enseja a recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro.
EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-financeira, que apresenta os valores e anos contratuais dos investimentos que comporão o PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e suas consequências, nos termos do CONTRATO.
FAIXA DE DOMÍNIO	Conforme definição constante do Anexo I ao CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, é a superfície lideira às vias rurais, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via.

FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
GARANTIA ou GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor da ARTESP e do PODER CONCEDENTE, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula Trigésima Segunda do CONTRATO.
GARANTIA DA PROPOSTA	Garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
INADIMPLÊNCIA	Deixar de efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, na forma estabelecida no CONTRATO, ou seja, após o transcurso do prazo de 15 (quinze) dias depois da passagem do USUÁRIO pelo respectivo PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO, período no qual o USUÁRIO poderá pagar voluntariamente a TARIFA DE PEDÁGIO utilizando a PLATAFORMA disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO 20.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados, que contribuirão para determinar o CSP, nos termos do ANEXO 3.
ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO ou IQD	Índice composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP), aferido conforme regramento e periodicidade estabelecidos no ANEXO 3.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

INTERFERÊNCIAS	Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que interfiram ou sofram interferência, ou possam vir a fazê-lo, de forma direta ou indireta, em razão de atividade objeto do CONTRATO desempenhada pela CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIO	Inventários dos bens, investimentos e obras do SISTEMA EXISTENTE e DO SISTEMA REMANESCENTE, a serem mantidos e atualizados pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, os quais deverão ser realizados por meio de vídeo registro georreferenciado conforme termos e condições constantes do CONTRATO e do ANEXO 6.
IPCA/IBGE ou IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
JUNTA TÉCNICA	Comissão composta na forma da Cláusula Quinquagésima Sexta do CONTRATO para dirimir divergências técnicas e, inclusive, quaisquer eventuais dúvidas, solicitar esclarecimentos ou demandar parecer ou manifestações técnicas que sirvam à perfeita compreensão de aspectos não abrangidos pelas competências da COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995 e respectivas alterações, bem como a sua regulamentação.
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Lei Federal nº 9.605/1998 e respectivas alterações, bem como a sua regulamentação.
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ou LEI 14.133/21	Lei Federal nº 14.133/2021 e respectivas alterações, bem como a sua regulamentação.
LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, LICENÇA DE INSTALAÇÃO ou LI	Licença Ambiental que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, LICENÇA DE OPERAÇÃO ou LO	Licença Ambiental que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do constante das licenças anteriores – isto é, da LICENÇA PRÉVIA e LICENÇA DE INSTALAÇÃO – com as medidas de controle ambiental e condicionantes necessárias para a operação.
LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, LICENÇA PRÉVIA ou LP	Licença Ambiental concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando a sua localização e concepção, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	São as licenças ambientais necessárias para execução do objeto do CONTRATO que devam ser obtidas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação ambiental aplicável.
LICITAÇÃO	Procedimento administrativo consubstanciado na Concorrência Internacional nº [], para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.

LICITANTE	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em consórcio, participam da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora da Concorrência Internacional nº [] por ter apresentado a PROPOSTA DE PREÇO mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL.
LOTE ROTA SOROCABANA	Lote composto pelos trechos rodoviários integrantes do SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme definido no ANEXO 2.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS	Documento elaborado pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que constitui o ANEXO 19, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame.
MULTIPLICADOR DA TARIFA	É o multiplicador da TARIFA DE PEDÁGIO por categoria, conforme ANEXO 4.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de RECEITAS ACESSÓRIAS identificados pela ARTESP, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de estruturas contratuais ou societárias, ou, ainda, a partir de ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação do PODER CONCEDENTE, e preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e das receitas estimadas.
NORMAS OPERACIONAIS	São as normas operacionais disciplinadas no item 6.3 do ANEXO 4.
NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA	Notificação enviada pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO para determinar a compensação referente aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, disciplinada no ANEXO 20 e no APÊNDICE D.
NOTIFICAÇÃO DUF	Notificação enviada pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO nas REVISÕES ORDINÁRIAS para determinar a transferência de valores da CONTA DUF para a CONTA LIVRE MOVIMENTAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, disciplinada no APÊNDICE D.
NOTIFICAÇÃO DE DEVOLUÇÃO	Notificação enviada pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO para fins de devolução de recursos provenientes da OUTORGA FIXA ao PODER CONCEDENTE, no momento da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO	Notificação enviada pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO para eventual devolução de recursos provenientes da OUTORGA FIXA à CONCESSIONÁRIA, caso qualquer das PARTES opte pela extinção antecipada do CONTRATO em caso de atraso superior à 180 (cento e oitenta) dias contados de sua assinatura para a formalização do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, nos termos da Cláusula 6.4, inciso i do CONTRATO.
NOVO PROJETO EXECUTIVO DA SP 250	É o projeto executivo elaborado pela CONCESSIONÁRIA referente aos investimentos remanescentes da obra de duplicação da SP 250, iniciada pelo DER/SP, entre as cidades de Ibiúna e Vargem, na forma do ANEXO 15.

ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor correspondente a 3% (três por cento) da RECEITA BRUTA, apurado com base no regramento constante da Clausula Décima Primeira do CONTRATO e do APÊNDICE D, a ser pago à ARTESP em função das atividades de sua competência realizadas.
OPERADOR DE DADOS PESSOAIS	Significa a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS em nome do CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS.
OUTORGA FIXA	Valor ofertado na PROPOSTA DE PREÇO apresentada pela CONCESSIONÁRIA enquanto LICITANTE na Concorrência Internacional nº [=], o qual deverá ser depositado na CONTA OUTORGA, conforme o regramento estabelecido no CONTRATO e no EDITAL.
OUTORGA FIXA MÍNIMA	Valor mínimo a ser oferecido como OUTORGA FIXA pelas LICITANTES em suas respectivas PROPOSTAS DE PREÇO no âmbito da Concorrência Internacional nº [=].
OUTORGA VARIÁVEL	Valor a ser pago ao PODER CONCEDENTE, correspondente a [=]% ([=] por cento) do valor da RECEITA BRUTA, apurado com base no regramento constante da Clausula Décima Primeira do CONTRATO e do APÊNDICE D, a partir do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a título de preço pela CONCESSÃO.
PADRÕES DE DESEMPENHO	Padrões de Desempenho Sobre Sustentabilidade Socioambiental da IFC de 1º de janeiro de 2012, disponíveis em http://www.ifc.org/performancestandards e as Notas de Orientação que os acompanham, indicados no ANEXO 6.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, devidamente autorizada a operar na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e que poderá ser contratada pela(s) LICITANTE(S), a critério destas, para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme o Manual de Procedimentos da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) que constitui o ANEXO 19.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e submetido à aprovação da ARTESP, dispondo sobre processo de desmobilização do SISTEMA RODOVIÁRIO ao final da CONCESSÃO, a fim de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir a contínua e adequada prestação dos serviços.
PLANO DE INVESTIMENTOS	Documento elaborado em conjunto pela CONCESSIONÁRIA e ARTESP, após as REVISÕES ORDINÁRIAS e EXTRAORDINÁRIAS, mediante o qual serão estabelecidos os investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA nos anos subsequentes à sua elaboração. Cada PLANO DE INVESTIMENTOS deverá conter o seu respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, contemplando detalhamento do desenvolvimento para a execução de cada um dos investimentos

	previstos.
PLANO DE SEGUROS	Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO e ANEXOS, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante o PRAZO DA CONCESSÃO, e dos demais seguros que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou POI	Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA, como condição para a assinatura do CONTRATO, composto pelas obras e INVESTIMENTOS definidos e detalhados no ANEXO 21, o qual será revisto nas REVISÕES ORDINÁRIAS e, eventualmente, nas REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, mediante emissão de novos PLANOS DE INVESTIMENTOS. O PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, que deverão ser elaborados conforme as especificações do ANEXO 21.
PLATAFORMA	Sítio eletrônico a ser implantado e gerenciado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá permitir que todos os USUÁRIOS que acessarem o SISTEMA RODOVIÁRIO possam pagar a TARIFA DE PEDÁGIO utilizando os meios de pagamento eletrônico previstos na legislação e regulação competente.
PODER CONCEDENTE	O Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos deste CONTRATO.
PÓRTICOS	Infraestruturas físicas localizadas no SISTEMA RODOVIÁRIO, que abriga os equipamentos necessários para viabilizar a cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO através do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos disciplinados no ANEXO 4 e no ANEXO 20.
PRAÇAS DE PEDÁGIO ou PRAÇAS DE PEDÁGIO TIPO BARREIRA	Conjunto composto pela área de aproximação, cabines de cobrança (com ou sem barreiras físicas), bem como todos os demais equipamentos e sistemas aplicados na atividade de cobrança e recebimento da TARIFA DE PEDÁGIO.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, prorrogável nas hipóteses previstas no CONTRATO.
PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO INICIAL ou PAI	Conjunto de investimentos e intervenções a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA, necessários à adequação da malha rodoviária do SISTEMA REMANESCENTE, conforme o regramento estabelecido nos ANEXOS 5 e 6.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	Programa a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 26.14.
PROGRAMA INTENSIVO INICIAL ou PII	Conjunto de investimentos e intervenções iniciais a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA necessários à adequação da malha rodoviária do SISTEMA EXISTENTE, conforme descritos especialmente nos ANEXOS 5 e 6.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA nos termos da [Cláusula 18.3.3].
PROJETO EXECUTIVO	Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, conforme descrição detalhada apresentada no ANEXO 7.
PROJETO EXECUTIVO DA SP 250	Projeto executivo elaborado pelo DER/SP para as obras de duplicação da SP 250 entre as cidades de Ibiúna e Vargem Grande Paulista.
PROJETO FUNCIONAL	Conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução, conforme descrição detalhada apresentada no ANEXO 7.
PROPOSTA DE PREÇO	Proposta na qual foi apresentado o valor da OUTORGA FIXA para exploração do objeto da CONCESSÃO, conforme regramento no EDITAL.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUARTO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir do fim do TERCEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.
RECEITA BRUTA	Compreende a somatória da RECEITA ACESSÓRIA bruta e da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, não descontados os tributos incidentes sobre receita.
RECEITA TARIFÁRIA ou RECEITA TARIFÁRIA BRUTA	Compreende a somatória da TARIFA DE PEDÁGIO cobrada do USUÁRIO, calculada com base no disposto no ANEXO 4, sem a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD).
RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA	Compreende a somatória da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA calculada conforme disposto no ANEXO 4, após a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD).

RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução de atividades acessórias, da gestão e fiscalização de SERVIÇOS COMPLEMENTARES ou de projetos associados.
REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal, social e trabalhista para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RELATOR INDEPENDENTE ou RELATOR	Pessoa física ou jurídica, sem vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, escolhida mediante sorteio pela ARTESP após apresentação de lista tríplice por parte da CONCESSIONÁRIA, que não tenha recebido delas qualquer forma de remuneração nos 12 (doze) meses anteriores à realização de suas atividades no âmbito do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, e que, às expensas da CONCESSIONÁRIA, será responsável por realizar as atividades previstas no CONTRATO e no ANEXO 15.
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ou IQD	Relatório contendo a apuração do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA na consecução do objeto do CONTRATO, que será preparado periodicamente pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regimento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 3.
RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DA SP 250	É o RELATÓRIO DE VISTORIA SP 250 aprovado pela ARTESP ou pela COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, nos termos do ANEXO 15.
RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE	É o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE aprovado pela ARTESP ou pela COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, nos termos do ANEXO 15..
RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE	RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE aprovado pela ARTESP ou pela COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, nos termos do ANEXO 15..
RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE	Relatório a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA ou RELATOR INDEPENDENTE acerca dos passivos socioambientais no SISTEMA EXISTENTE, na forma do item 3.1. do ANEXO 15.
RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE	Relatório a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA ou RELATOR INDEPENDENTE, para fins confirmação acerca da situação do SISTEMA REMANESCENTE e eventual constatação de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.
RELATÓRIO DE VISTORIA SP 250	Relatório a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA ou RELATOR INDEPENDENTE, para a identificação de irregularidades referentes à: (i) condição do sistema de drenagem; (ii) condição estrutural das OAEs; (iii) condição do pavimento (problemas pontuais e índices de IRI/QI e deflexão) no trecho entre os km [●] e [●] da SP 250.

RELATÓRIO DE VISTORIA PARCIAL DO SISTEMA REMANESCENTE	Relatórios parciais a serem elaborados pela CONCESSIONÁRIA ou RELATOR INDEPENDENTE, cujo conteúdo consistirá na identificação, dentro dos prazos exigidos pelo ANEXO 15, de irregularidades no SISTEMA REMANESCENTE relativas aos itens técnicos constantes da Tabela 1 do ANEXO 15.
RELATÓRIO TRIMESTRAL DE APURAÇÃO DE DESEMPENHO DO CSP	Relatório contendo apuração trimestral do CSP da CONCESSIONÁRIA, que será preparado pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 3.
REPRESENTANTE CREDENCIADO	Pessoa física autorizada a representar as LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO.
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Pessoa física indicada para se responsabilizar pelos serviços de ampliação, operação e manutenção a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, mediante vínculo direto ou indireto.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, ou mediante provocação da ARTESP, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quadrienalmente, com o escopo de adaptar os INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANO DE INVESTIMENTOS, PLANO DE SEGUROS e quaisquer condições do CONTRATO às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na Cláusula Vigésima Quarta.
RODOVIA	Trecho integrante do Lote Rota Sorocabana
SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO	Saldo disciplinado no ANEXO 4, observado o regramento constante do APÊNDICE D.
SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir do fim do PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.
SERVIÇO ADEQUADO	É o serviço que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, modicidade e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para a sua execução, aos padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, àqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP e nos termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente observando o artigo 6º da LEI DAS CONCESSÕES, e artigo 17 da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Serviços considerados convenientes, mas não essenciais, destinados a manter o SERVIÇO ADEQUADO em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO, nos termos do CONTRATO.

SERVIÇOS NÃO DELEGADOS	Aqueles de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da CONCESSÃO, tais como: policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo; fiscalização e autuação de infrações relativas a: Veículo; Documentação; Motorista; Regras de circulação, estacionamento e parada; Excesso de peso. emissão de outorgas, nos termos da lei, referentes a: Serviços de transporte coletivo de caráter rodoviário, internacional, interestadual e intermunicipal; Serviços de transporte coletivo de caráter urbano, intermunicipal, suburbano, metropolitano ou municipal; Serviço de transporte de trabalhadores rurais ou de pessoas em veículos de carga; Realização de eventos na rodovia; Serviços de transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas.
SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS ou SERVIÇOS DELEGADOS	Serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA compreendendo aqueles correspondentes às funções operacionais de exploração, gestão, ampliação, operação e conservação.
SESSÃO PÚBLICA	Sessão pública presencial para recebimento dos envelopes e prática dos demais atos pertinentes à LICITAÇÃO.
SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE	Sistema de cobrança automático da TARIFA DE PEDÁGIO por meio de conjunto de equipamentos, sensores, PÓRTICOS e radares instalados no SISTEMA RODOVIÁRIO, que não implica redução da velocidade do USUÁRIO nem bloqueios físicos, observado regramento do ANEXO 20. A TARIFA DE PEDÁGIO calculada no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE tem como base o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO, indicado nos termos do ANEXO 4.
SISTEMA EXISTENTE	Todos os trechos de rodovias indicados no item 2.1 do ANEXO 2 e representados graficamente nas figuras constantes do APÊNDICE A.1, incluindo todos os seus elementos integrantes da FAIXA DE DOMÍNIO, além de ACESSOS e alças, edificações, terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais, eventuais novas obras e investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à CONCESSÃO, cujos segmentos rodoviários serão transferidos à CONCESSIONÁRIA, nos termos do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

SISTEMA REMANESCENTE	A malha rodoviária e os demais segmentos rodoviários e rodovias de ACESSO indicados no ANEXO 2 e APÊNDICE A.1, cujos segmentos rodoviários serão transferidos à CONCESSIONÁRIA, nos termos do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, nos termos do CONTRATO e do ANEXO 15.
SISTEMA RODOVIÁRIO	A malha rodoviária concedida à CONCESSIONÁRIA, composta pelo SISTEMA EXISTENTE e pelo SISTEMA REMANESCENTE, conforme descritos no ANEXO 2, incluindo todos os seus elementos integrantes da FAIXA DE DOMÍNIO, além de ACESSOS e alças, edificações, terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais, eventuais novas obras e investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à CONCESSÃO.
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou SPE	Sociedade anônima, constituída na conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da CONCESSÃO.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita, exceto nos casos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso este seja assinado, à prévia anuência pela ARTESP, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE da SPE.
SPAS	As rodovias de acesso, destacadas no ANEXO 2.
SUCESSORA	Concessionária, vencedora de processo licitatório já finalizado, que tenha por objeto todo ou parte do SISTEMA RODOVIÁRIO.
TARIFA DE PEDÁGIO ou TARIFA	Tarifa cobrada pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, nos termos do CONTRATO e, especialmente, do ANEXO 4, bem como em atendimento à regulação exercida pela ARTESP.
TARIFA DEVIDA	Tarifa devida à CONCESSIONÁRIA após a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), nos termos do ANEXO 4.
TARIFA QUILOMÉTRICA	Tarifa correspondente ao valor cobrado dos USUÁRIOS regradada de acordo com o ANEXO 4.
TERCEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir do fim do SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.
TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS	Documento que integrará o INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS, a ser mantido e atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento contendo registro das eventuais ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas no SISTEMA RODOVIÁRIO, que a ARTESP deverá encaminhar à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Termo de Recebimento Definitivo do SISTEMA RODOVIÁRIO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	Termo de Recebimento Provisório do SISTEMA RODOVIÁRIO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL	Documento assinado pelas PARTES que formaliza a transição do SISTEMA REMANESCENTE e do SISTEMA EXISTENTE permitindo o início da operação de tal trecho pela CONCESSIONÁRIA e a cobrança das PRAÇAS DE PEDÁGIO correspondentes, desde que cumpridas as condições previstas no CONTRATO.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, nos termos do Art. 5º, inciso V, da Lei Federal nº 13.709/2018 e nos termos deste CONTRATO.
TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS	Transações em que a CONCESSIONÁRIA não tenha conseguido identificar os USUÁRIOS em razão de ações cometidas pelos USUÁRIOS, inviabilizando a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO e eventual autuação pelo PODER CONCEDENTE.
TRANSAÇÕES INVÁLIDAS	Transações em que a CONCESSIONÁRIA não tenha sido capaz de registrar e produzir as informações necessárias para identificação dos USUÁRIOS que não tenham realizado pagamento eletrônico por meio de AVI, inviabilizando a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO e eventual autuação pelo PODER CONCEDENTE.
TRANSAÇÕES VÁLIDAS	Transações referentes aos USUÁRIOS que tenham realizado pagamento eletrônico por meio de AVI, da PLATAFORMA, ou de qualquer outro meio de pagamento disponibilizado pela CONCESSIONÁRIA, bem como transações em que a CONCESSIONÁRIA tenha sido capaz de registrar e produzir as informações necessárias para identificação dos USUÁRIOS que não tenham realizado pagamento por algum dos meios disciplinados acima.
TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO	Consiste na transferência da CONCESSÃO a terceiros, mediante anuência prévia do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ou TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE, direto ou indireto, da CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO	A transferência direta, de todo ou parte do SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme objeto de futuro processo licitatório finalizado, pela CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA, nos termos do ANEXO 10.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ou TRATAMENTO	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO ou TCP	Trecho de Cobertura de Pedágio, nos moldes do ANEXO 4.
TRIBUNAL ARBITRAL	Tribunal arbitral para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos da Cláusula Quinquagésima Terceira do Contrato.
USUÁRIOS	Toda pessoa física ou jurídica que utilize os SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS.
USUÁRIOS INADIMPLENTES	USUÁRIOS que trafeguem no SISTEMA RODOVIÁRIO e não realizem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO tempestivamente, observado o prazo de 15 (quinze) dias após a passagem pelo respectivo PÓRTICO no SISTEMA RODOVIÁRIO, em que o USUÁRIO poderá realizar voluntariamente o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO na PLATAFORMA disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO 20.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do somatório dos INVESTIMENTOS previstos no EVTE, incluindo a OUTORGA FIXA MÍNIMA, conforme disposto na Cláusula 7.1 do CONTRATO.
VIAOESTE	Concessionária do Contrato de Concessão nº CR/003/1998.

LISTA DE ABREVIATURAS

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, as abreviaturas listadas abaixo deverão ser compreendidas de acordo com os seguintes conceitos, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
i.	AASHTO	<i>American Association of State Highway and Transportation Officials</i>
ii.	ADA	Avaliação de Desempenho Ambiental
iii.	AIIP	Auto de Infração para Imposição de Penalidade
iv.	As Built	Documentação de todas as obras realizadas pela Concessionária
v.	AVI	Equipamentos de Arrecadação Eletrônica
vi.	BIM	<i>Building Information Modeling</i>
vii.	CCI	Centro de Controle de Informações
viii.	CCO	Centro de Controle Operacional
ix.	CFTV	Circuito Fechado de Televisão
x.	CSP	Coeficiente de Desempenho de Serviços Prestados
xi.	DER	Departamento de Estradas de Rodagem
xii.	DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
xiii.	DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
xiv.	DTM	Modelo Digital de Terreno
xv.	DWG	Extensão de arquivo de desenho
xvi.	EPC	Equipamento de Proteção Coletiva*
xvii.	EPI	Equipamento de Proteção Individual*
xviii.	EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-financeira
xxiv.	GAID	Guia de Alteração do Índice de Documentos
xxv.	GC	Gestoras de Crédito
xxvi.	GN	<i>Grip Number</i>
xxvii.	GRID	Guia de Remessa de Índice de Documentos
xxviii.	HS	Altura de areia
xxix.	HS-WIM	<i>High Speed Weigh-in-Motion</i>
xxx.	ICP	Índice de Condição do Pavimento
xxxi.	IFC	<i>Industry Foudation Classes</i>

	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
xxxii.	IFI	<i>International Friction Index</i>
xxxiii.	IGG	Índice de Gravidade Global
xxxiv.	IGH	Índice de Geometria Horizontal
xxxv.	IGV	Índice de Geometria Vertical
xxxvi.	IQD	Índice de Qualidade e Desempenho
xxvii.	ISR	Inspeção de Segurança Rodoviária
xxxviii.	ITS	<i>Intelligent Transportation System</i>
xxxil.	IVA	Análise Inteligente de Vídeo
xl.	LI	Licença de Instalação
xli.	LO	Licença de Operação
xlii.	LOD	<i>Level of Development</i>
xliii.	LP	Licença Prévia
xliv.	MDSR	Modelo Digital Integrado do Sistema Rodoviário
xliv.	MIP	Monitoramento de Informações de Pedágio
xlvi.	MITS	Módulo ITS
xlvii.	OACs	Obras de Arte Corrente
xlviii.	OAES	Obras de arte Especiais
vl.	OCR	Reconhecimento Óptico de Caracteres
I.	OSAs	Operadoras do Serviços de Arrecadação
Iv.	PAE	Plano de Ação de Emergência
li.	PD-BIM	Plano de Implementação e Desenvolvimento de Projetos em Modelagem BIM
lii.	PGF	Posto Geral de Fiscalização
liii.	PMRv	Polícia Militar Rodoviária
Ivi.	PMV	Painéis de Mensagens Variáveis
Iv.	PRA	Programa de Redução de Acidentes
Ivi.	Q.I.	Quoeficiente de Irregularidade
Ivii.	SAT	Sensoriamento Automático de Tráfego
Iviii.	SAU	Serviço de Atendimento aos Usuários
lix.	SGA	Sistema de Gestão Ambiental
Ix.	SGP	Sistema de Gestão Ambiental
Ixi.	SICRO	Sistema de Custos Referenciais de Obras

	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
Ixii.	SIGECON	Sistema Integrado de Gerenciamento Digital de Funções de Conservação
Ixiii.	SIR	Sistema Digital Integrado de Cadastro do Inventário Rodoviário
Ixiv.	SISATIVOS	Sistema de Acompanhamento de Ativos*
Ixv.	SISDEMANDA	Sistema Digital Integrado e Gerenciamento de Demandas da Sociedade
Ixvi.	SISOAES	Sistema Eletrônico de Gerenciamento de OAEs e Passarelas
Ixvii.	SISPESMOV	Sistema de Pesagem em Movimento
Ixviii.	SISPROJ	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento Digital de Projetos
Ixix.	SISQUALI	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento do Controle Tecnológico e da Qualidade das Obras
Ixx.	Tema	Grupo de Indicadores de Desempenho
Ixxi.	TPU-DER	Tabela de Preços Unitários do DER/SP
Ixxii.	URCI	<i>Unsurfaced Road Condition Index</i>
Ixxiii.	VDM	Volume Diário Médio
Ixxiv.	VPL	Valor Presente Líquido
Ixxv.	VRD	Valor de Resistência a Derrapagem